PROGRAMA: APOIO À MANUTENÇÃO,

EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO

DAS AÇÕES SUPLETIVAS

- 1985 -

### I - JUSTIFICATIVA

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO
  - 2.1. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO GERAL
  - 2.2. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO
  - 2.3. PROGRAMAS NOVOS E PRIORITÁRIOS
- 3. CONSIDERAÇÕES

# II - PROGRAMAÇÃO/PROPOSTA

- ₩.1. INTRODUÇÃO
  - 2. OBJETIVOS
  - 3. META
  - 4. QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

## III - CUSTOS

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. QUADROS DE DETALHAMENTO

IV - CONCLUSÃO

A clientela potencial da educação supletiva, segundo projeções baseadas em dados estatísticos disponíveis, é estimada em 45.000.000 de cidadãos brasileiros, na idade acima dos 15 anos. A partir desse dado, estratégicamente e para efeito técnico-pedagógico, alguns estratos são considerados, por exemplo:

- a) 17.000.000 de pessoas acima dos 15 anos e que se distribuem por todas as camadas etárias, são anal fabetas;
- b) 11.000.000 de jovens entre 15 e 18 anos que possuem algum nível de escolarização, tenham ou não concluído o ensino de 1º grau;
- c) 28.000.000 de jovens e adultos da faixa etária de 19/28 anos que demandam um atendimento educacio nal fora dos padrões rigidos do ensino reguiar.

Como política de planejamento, a SEPS/SES tem centralizado sua atenção nos grupos compreendidos pelas faixas etárias
15/18 anos e 19/28 anos, embora não exclua os que se situam abai
xo dos 15 anos (13 e 14) e acima de 30 anos. Isto porque a alfa/
betização é a função precípua do MOBRAL,/ prolongada à escolari
zação inicial; a clientela de 15/18 anos, que possui algum nível
de escolarização, geralmente engajada na força de trabalho, demanda oportunidades educacionais a partir daí e alcançando o 2º
grau, como educação geral e profissional, sob a forma de exames
ou cursos; finalmente, a camada de 19/28 anos constitui o maior
contigente de procura do ensino supletivo, por ter ingressado mui
to cedo no mercado de trabalho, por permanecer longo tempo alheia
asatividades escolares, e por não dispor de expectativa de reingresso na escola regular.

O atendimento à clientela acima descrita é, presente mente, proporcionado, em termos, por um elenco de ações desenvolvidas pelas Secretarias de Educação das Unidades da Federação, por Acordos Interministeriais, entidades privadas, escolas da re

de federal de ensino profissionalizante e universidades federale que desenvolvem projetos pioneiros de educação não formal.

A SES intervém sobre este vasto trabalho com apoio financeiro, articulação e cooperação técnica, a partir de uma es trutura de duas Coordenadorias - de Educação Geral e Educação para o Trabalho - e de Programas Novos e Prioritários de iniciativa própria e conjunta da Subsecretaria.

- 02. AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO
  - 2.1. Da Coordenadoria de Educação Geral
  - 2.2. Da Coordenadoria de Educação para o Trabalho
  - 2.3. Programas Novos e Prioritários

2.1 CODEG

Propõem a integração da Universidade e comunidade nos aspectos concernentes a educação não formal, a troca de saberes, visando a melhoria da qualidade de vida em todos os seus aspectos.

As Universidades Federais de Goiás, Mato Grosso, Ouro Preto, Santa Catarina, Sta. Maria, Paraíba, Ceará, Mato Grosso do Sul e Flu minense desenvolvem projetos de suplência, suprimento e qualificação profissional em 32 comunidades da zona rural e periférica, etendendo aproximadamente 85.000 pessoas. Estão incluídos no programa as Associações de Moradores, Associações de Bairros, Centros Comunitários e entidades religiosas. As propostas são formuladas atendendo aos anseios da comunidade, valorizando a cultura local, facilitando o processo de conscientização e organização das comunidades envolvidas em busca da transformação social.

Pretende-se expandir a ação dos Projetos para mais 18 comunidades, totalizando 50 comunidades, para um atendimento di reto e indireto de 110.000 pessoas.

### CES/NACES

Atendendo a adolescentes e adultos que na idade propria não conseguiram escolarização regular, quer na parte de educação geral, quer na parte de formação especial a nível de 1º e 2º graus, mediante a realização de cursos supletivos sem frequência obrigatória, utilizando como metodologia ensino personalizado atra vés de módulos didáticos, que permite ao estudante desenvolver seu aprendizado, de acordo com suas características, aptidões, necessidades e disponibilidade de tempo.

Os Núcleos Avançados de CES(NACES), criados com o objetivo de promover a otimização e a interiorização dos serviços prestadospelo Ensino Supletivo, funcionam como Centros de Educação Comunitária, oferecendo o ensino à distância (rádio, televisão, correspondência) e estimulando a prática de experiências locais.

Abrangência: são 87 CES em 20 Estados e 800 Núcleos em 800 Comunidades, atendendo uma clientela de 1.725.400 pessoas.

Pretende-se construir mais 24 CES, um em cada UF e expandir os 40 cleos Avançados em mais 400, possibilitando o atendimento para una clientela de 4.000.000 de pessoas.

SPG

O Supletivo de Primeiro Grau é um programa de Educação Permanente, concebido dentro do Sistema de Teleducação que utiliza como recursos instrucionais os principais meios de comunicação social-Rádio, Televisão e Material impresso. Tem como objetivo principal suprir a escolarização a nível das quatro últimas séries do 1º Grau, de adolescentes e adultos que não tiveram aces so à escola regular, em idade própria.

A emissão se da a nível nacional em circuitos aberto (cadeias de Rádio e Televisão educativas e comerciais) e fecha
do (Empresas, Escolas, Prefeituras, Presídios, etc). Em 1985 23
SECs e 57 entidades públicas e privadas adotaram o Projeto com o
objetivo de atender a 1.500.000 clientes;

Quanto à recepção livre, uma pesquisa "target" realizada pela LMP BURK apontou uma audiência em torno de 2.000.000 para a programação via rádio e de 1.600.000 para o Telecurso viaTV.

MEB

Movimento de Educação de Base da Conferência Nacio nal dos Bispos, cuja ação educativa se desenvolve junto ao trabalhador'
do campo no sentido de preservar e valorizar suas manifestações '
culturais, buscando melhores condições de trabalho, saúde, alimen
tação e moradia para as comunidades carentes, atento às suas naces
sidades específicas, visando a fixação do homem ao seu meio.

Sua prática educativa se dá através de emissões radio fônicas e de duas linhas de ação interdependentes e simultâneas : grupalização e escolarização.

Desenvolve, atualmente, ações em 10 Estados sendo 749 comunidades em 141 municípios atendendo a uma população de cerca de 1.000.000.

.2.2 - C 0 D E T

No âmbito desta Coordenadoria, as ações mais signif<u>i</u> cativas, ora em desenvolvimento, são as seguintes:

# 01 - Projeto Habilitação de Professores Não Titulados:

O propósito fundamental deste projeto é habilitar, em nível do ensino de 2º grau, o professorado leigo em regência de classe nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, geralmente em escolas rurais dos sistemas municipais de educação.

Segundo dados estatísticos levantados com base em projeções, o número atual é de 200.000 professores leigos em todo o país, dos quais 89.000 estão sendo atendidos pelo Projeto, 35.000 estão sendo inscritos no corrente ano, restando, ainda, 76.000 a serem atendidos nos próximos anos.

O curso é oferecido segundo a metodología de ensino semi-indireto, através de material instrucional personalizado, e o processo ensino-aprendizagem obedece ao ritmo próprio do cursista. Em termos médios, a duração do curso é de dezóito meses. Entretanto, para os cursistas que têm um bom ritmo de aprendizagem, esse período pode ser substancialmente reduzido, já para os alunos mais lentos, esse tempo, geralmente é prolongado. Daí a preo cupação dos quadros estatísticos em referir-se a cursistas em processo, inscritos e concluintes.

Esse projeto, dada a sua finalidade, é essencialmente interiorizado, localizando-se os Núcleos Pedagógicos, que ofcrecem apoio técnico, didático e administrativo aos cursistas, em sua maioria em comunidades rurais e nas periferias urbanas, onde se concentra a maior parte de sua clientela.

Hoje, esse programa atinge praticamente a todas as Unidades da Federação (exceto DF, RS, SP e AP) através de três projetos: HAPRONT - adotado nos Estados de AL, ES e parte do Estado do Paraná; LUMEN - criado e adotado no Estado de Goiás, e o LOGOS II adotado em 19 UF e parte do Estado do Paraná.

02. PROJETO FORMAÇÃO EM LARGA ESCALA DE PESSOAL DE MÍVEL MEDIO É
ELEMENTAR PARA OS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAUDE

Este Projeto é parte do Programa de Recursos Humanos para a Saúde, do Acordo Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e Organização Pan Americana da Saúde (Acordo MEC/MS/MPAS/OPS).

Tem por objetivo qualificar e habilitar, pela via Supletiva, com avaliação no processo, pessoal de nível médio e elementar engajado na força de trabalho ou em processo de admissão unos serviços de Saúde, e como metodologia a integração ensino-serviço.

Trata-se de uma ação integrada entre, a nível nacional, MEC/MS/OPS; a nível estadual, Secretaria de Educação e Secre taria de Saúde; e à nível local, Centro de Estudos Supletivos e Posto de Saúde.

Foi implantado, em caráter experimental, nos Estados de Rondônia, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Minas Gerais, a partir de 1982, (sendo que em Minas Gerais, a partir do segundo semestre de 1983) para atingir, numa primeira fase, a 8.125 profissionais da saúde nas categorias de Visitador Sanitário e Auxiliar de Enfermagem, que representam a maior parcela da força de trabalho dessa área.

Sua ação tem penetração tanto na zona urbana, quanto na periferia urbana e zona rural, porquanto, sua implantação é vin culada à extensão de cobertura dos serviços de saúde implantados, em que o posto de saúde, além do atendimento primário que pode prestar, é unidade referencial para unidades hospitalares mais complexas. Assim, o responsável por um posto de saúde (Visitador Sanitário) de uma pequena vila passa a merecer maior atenção pelo Projeto, dada a sua responsabilidade no encaminhamento de pacientes.

## 03. EXAMES DE SUPLÊNCIA PROFISSIONALIZANTE

Os Exames de Suplência Profissionalizante foram im plantados como uma das alternativas para atender a demanda de mãode-obra qualificada, cada vez mais crescente em nosso país, dando aos indivíduos, já engajados na força produtiva e exercendo atilidades técnicas, oportunidade de pleitearem o reconhecimento profissional, permitindo-lhesascender da categoria comum de trabalha dores para a de profissionais especializados.

Sua história tem início em 1973 quando foi implantado experimentalmente no Distrito Federal e nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco. Em 1976 foram realizados exames em mais cin co Unidades da Federação (AL, BA, GO, PB e RN), e a partir de 1977, esses exames passaram a ser realizados, anualmente, em todo o ter ritório nacional.

Os exames são realizados, pela Unidade de de Ensino Supletivo das Secretarias de Educação. Para escolha das modalidades profissionais a serem oferecidas é procedida uma pesquisa junto a empresas, sindicatos e outros setores ligados ao mercado de trabalho que apontam as ocupações que estão a exigir oportunidades de certificação profissional.

Em termos médios, cada Secretaria atende, anualmente, de 4 a 6 categorias profissionais e em termos nacionais são cerca de 40 categorias oferecidas, das 207 (114 de nível Técnico e 92 de nível de Auxiliar Técnico) aprovadas pelo Conselho Federal de Educação.

O movimento dos Exames de Suplência Profissionalizan te, em 1983, apresenta os seguintes números:

Candidatos inscritos	17.543
Evadidos	3.619
Presentes aos exames	13.929
Aprovados	5.918

Como os exames são oferecidos, anualmente, pela Secretaria de Educação através de editais divulgados pela imprensa escrita e falada e cartazes colocados em pontos estratégicos, e, como para inscrição nos mesmos não se exige dos candidatos comprovação de cursos anteriores, a não ser atestado de estar em exercício na ocupação por mais de dois ou três anos, o Projeto atinge indistintamente clientela das áreas urbanas, zona rural, áreas in tegradas ao desenvolvimento nacional e faixas de fronteiras.

Em princípio, os exames de suplência (de educação <u>ce</u> ral e profissionalizante) devem ser auto-sustentados considerando

mes profissionalizantes, o custo operacional eleva-se considera - velmente dada a necessidade de contratar pessoal especializado em cada modalidade profissional oferecida, para elaboração de provas e realização de exames de atividades práticas. Neste caso, a cobrança da taxa de inscrição torna-se muito elevada, o que elimina grande parte dos candidatos, exatamente, os mais carentes, o que obriga as Secretarias de Educação a cobrirem parte dos custos para a realização destes exames. Nos últimos anos, a dotação de recursos financeiros para o 2º grau, foi sensivelmente reduzida e as SECs têm enfrentado dificuldades para programar a realização de exames de suplência profissionalizante.

### 04. PROGRAMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL AO SERVIDOR POBLICO-PROESP

- O Programa está em fase de montagem numa ação conjunta MEC/SEPS/SES DASP/FUNCEP e tem por objetivos gerais:
- Ol. Ofertar Educação Geral e Preparar ação para o Trabalho aos servidores ocupantes de funções que, no Serviço Público, demandam a compulsoriedade do Ensino de 1º Grau e que não o tenham concluído na idade própria;
- 02. Ofertar ensino de 1º grau aos dependentes, maiores de 15 anos, do servidor, como forma de incentivação indireta do Servidor Público.

Como objetivos específicos deverá:

- a) Realizar Análises Ocupacionais das funções do Serviço Público que demandam cumpulsoriedade do Ensino de 1º grau;
- b) Profissiografar as ocupações a serem atendidas pe lo Programa;
- c) Levantar as reais necessidades educacionais dos servidores e dos serviços a serem atendidos peio Programa;
- d) Desenvolver, com base no levantamento de necessidades as propostas de ofertas de atendimento educacional,

- e) Eleger as ofertas das oportunidades eletivas atendimento educacional;
- f) Promover oferta de exames de suplência ou de cursos supletivos de 1º grau;
- g) Promover a oferta de cursos de Aprendizagem, Treinamento ou Qualificação Profissional que ensejem o aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos a serem atendidos pelo Programa.

Como Meta, o Programa pretende de maneira indireta, conforme interesses e necessidades, dar acesso ao ensino de 19 grau, a 500.000 jovens maiores de 15 anos de idade, no próximo e-xercício.

### 05. CURSOS PROFISSIONALIZANTES (SUPLÊNCIA E SUPRIMENTO)

Os projetos anteriormente considerados oferecem cursos na função de Suplência Profissionalizante do nível técnico e auxiliar técnico de 2º grau. São portanto, cursos estruturados em conformidade com o Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação e os certificados emitidos pelas entidades executoras tem validade nacional e são aceitos pelo sistema educacional e também para efeito de registro nos conselhos de proteção profissional(CREA, etc).

E no que se refere ao ensino de 1º grau as Secreta - rias de Educação geralmente programam no Plano de Trabalho Anual-PTA cursos profissionalizantes na função Suprimento, voltados praticamente, para todos os setores da economia, e, principalmente, para o mercado informal.

Os cursos oferecidos nesta linha são direcionados para as populações rurais e das perifeiras urbanas com o propósito de proporcionar a essas populações um nível de conhecimento têcnico ou de artesanato, que lhes garanta uma ocupação rentável como meio de vida.

2.3 - PROGRAMAS NOVOS

E

PRIORITÁRIOS

### JUNTOS HABITACIONAIS DO BNH

### EXPANSÃO DA REDE FÍSICA

São objetivos deste Programa levar o serviço da educa ção de adultos, seja como suplência ou suprimento (notadamente de cunho profissionalizante), ao interior dos Conjuntos Habitacionais e processã-lo como uma prospecção de ação comunitária. A atividade social promovida pelas COHAB e o Ensino Regular de 19 grau participam prioritariamente dessa prospecção.

O desempenho do Programa, em 1984 alcançou 11 Unidades da Federação, a saber: RS, SP, ES, MG, GO, MT, BA, PE, SE, PB e PI; 18 Companhias Habitacionais nestes Estados; totalizando 65 unidades educacionais.

### A implantação do Programa implica:

- a identificação de espaços físicos, já edificados e disponíveis, nos conjuntos habitacionais;
- o interesse das comunidades usuárias;
- a cessão do espaço, sem ônus para as instâncias edu cacionais;
- o financiamento, pelo MEC/SEPS, mediante projetos des SEC, da aquisição dos bens de capital à montagem da infra-estrutura didático-administrativa do serviço e da preparação do pessoal necessário;
- o suporte da Secretaria de Educação à contratação do pessoal e à manutenção do funcionamento das Unidades implantadas.

É orientação do Programa que as instituições e órgãos jã mencionados, diretamente envolvidos neste esforço, e os demais que complementarmente a ele se agreguem - desenvolvam processos de efetiva integração - entre si e com os moradores dos conjuntos habitacionais, em função dos quais o Programa existe.

Em 1985, o Programa, dada: a sua aceitação pelas comu

nidades beneficiadas e com o apoio decidido das instituições diretamente responsáveis por ele, deve expandir-se a todo o País, à exceção de Fernando de Noronha, alcançando 26 unidades estaduais ou territoriais e 34 COHAB, com o montante de 1,000 novos núcleos de educação.

O custo global estimado para esta expansão é de Cr\$... 95.000.000.000 (noventa e cinco bilhões de cruzeiros) calcuiado a partir de um custo unitário de Cr\$ 95.000.000 (noventa e cinco milhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros) referemse a despesas de capital, com a aquisição de material permanente para educação geral e profissionalizante e Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros) destinam-se as despesas correntes com preparação de pessoal especialmente para as necessidades do programa, e manutenção das ofertas de educação para o Trabalho.

NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NOS CONJUNTOS DO BNH EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NOS NÚCLEOS JÁ

### INSTALADOS

Há necessidade de recursos para promover a expansão diversificada dos serviços educacionais a ofertar, através dos 65 Núcleos de Educação Comunitária do Programa Comunitário e Educacional, Regular e Supletivo nos Conjuntos Habitacionais do BNH, em instalação em 11 Estados da União, envolvendo uma clientela potencial de 162.500 pessoas.

A mencionada expansão supõe a aquisição, implantação e manutenção, a partir de projetos específicos oriundos dos Núcleos e respectivas coordenações, de equipamentos e o desempenho dos processos educativos correspondentes às atividades de:

- a) o incentivo às manifestações culturais próprias de comunidade, expressadas nas festas populares que são, sem sombra de dúvida, o registro da memória popular, canal de acesso ao processo de modificação das consciências;
- b) a formação de grupos de <u>teatro</u>, <u>cinema</u> e outras ma nifestações artísticas cuja produção se comprometa com a cultura

e a realidade local e não com a importação de textos e imagens grilizados como "simples lazer" ou como "ensinamentos". Trata-se da produção artística dos próprios grupos sociais envolvidos. Vale lembrar que a maioria dos Núcleos disporá de equipamentos de midia eletrônica aos quais a comunidade terá livre acesso. Essa perspectiva pode encorajar a idéia de que a sua utilização não se limita aos "cartuchos prontos" de programas do supletivo, mas que estimulem a produção de "curtas" ou de "cassetes" sobre a própria vida das pessoas da comunidade. Esse material pode tornar-se elemento auxiliar do processo de distanciamento crítico da realidade e subsidiar o processo de Educação Popular;

- c) a implementação da imprensa comunitária, com periódicos ou simples jornais murais escritos pelos próprios comunitários, a partir da colaboração dos Núcleos, retratando problemas e discutindo soluções, como faz, na realidade global, a imprensa convencional;
- d) a realização de cursos profissionalizantes sempre comprometidos com a instalação de unidades de produção, vinculando o material produzido com o processo de comercialização, ainda que na linha da economia informal. Não apenas "ensinar artesanato" ou "confeitar bolos", ou curso de "embelezamento", mas perseguir a perspectiva da "subsistência" associada ao fazer, ao produzir, e a preparação de profissionais autônomos, tudo como exercício da função "suprimento".
- e) realização de <u>Seminários de Comunidade</u> onde se re<u>u</u> nam todos os grupos e segmentos representativos da comunidade <u>para pensar juntos o trabalho de cada um</u> e propor soluções globais, a partir da criação de canais de acesso com grupos e instituições externas.
- f) composição ou recomposição de materiais didáticossobre os fatos da dinâmica cultural dos moradores dos conjuntos colhidos da comunidade imediata e sistematizados com o seu concur so.
- —— g)utilização dos equipamentos disponíveis nos núcleos, principalmente o instrumental didático, para beneficiar os currículos das crianças escolarizadas no 1º Grau;
- h) uso dos recursos pedagógicos, materiais e humanos, para beneficiar crianças e adolescentes desescolarizados ou defa-

sados quanto à relação idade/série ou com dificuldades de aprendizagem na sistemática do ensino regular;

- i) veiculação de programas de preparação de professores, por mídia impressa e eletrônica ou multimeios.
- j) organização do Serviço de Documentação e Intercâmbio, com uma "biblioteca volante" destinada a selecionar e distribuir aos Núcleos de Educação Comunitária, textos gravados, filmes e outros materiais que possam contribuir para o aperfeiçoamento das suas práticas.

Pretende-se que o Serviço venha a produzir, futuramente, publicações, "tapes" e gravações que incorporem produções dos núcleos, acrescidas de eventuais críticas e contribuições, para retornar ao conjunto dos núcleos e subsidiar o seu processo de constante transformação. Essa tarefa não tem o propósito de uniformizar procedimentos mas de proporcionar a identificação de uma produção que, a pouco e pouco, sedimentará convergências.

- 1) contratação e desempenho de serviços de consultoria e treinamento de pessoal, segundo as necessidades específicas do Programa e para avaliação sistemática do seu curso e resultados.
- m) Apoio ao Programa através da promoção de viagens de intercâmbio entre os estados executores, realização de encontros periódicos, etc.

### PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NOS

### ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Objetiva este Programa levar o serviço da educação de adultos ao interior das prisões, como Suplência e Suprimento, notadamente de cunho profissionalizante.

A fim de operacionalizar o objetivo acima, foi firmado um protocolo de intenções entre os Ministérios da Educação e da Justiça, objetivando a implantação e implementação do Programa' destinado a ofertar Educação Geral e Profissionalizante a detentos e funcionários no interior dos presidios.

Foi criado também um grupo de trabalho integrado por técnicos de ambos os Ministérios, para cuidar da Coordenação Nacional do Programa. As Secretarias de Estado da Educação e da Jus tiça são co-participes.

Em 1984, numa fase inicial, foram repassados recursos para 10 UFs, alcançando um total de 40 estabelecimentos prisionais.

O Programa, para atender a clientela em todas as necessidades, contará também com a participação do MOBRAL, através de suas coordenadorias estaduais, e com o SENAI e SENAC para a parte profissionalizante.

A implantação do Programa em cada Unidade da Federação implica:

- a identificação de espaços físicos disponíveis nos estabelecimentos prisionais;
- a cessão do espaço sem ônus para as instâncias educacionais;
- a elaboração pela Secretaria de Educação de um projeto atendendo às necessidades locais;
- o financiamento, pelo MEC/SEPS, da aquisição dos bens da capital à montagem da infra-estrutura didá tico-administrativa do serviço e da preparação dos recursos humanos;

- o suporte da Secretaria de Educação à manutenção do funcionamento.

Vale ressaltar aqui que a expectativa do G.T. que coordena o Programa é de que os Projetos, ao serem elaborados, não reflitam simplesmente o somatório das instituições envolvidas mas sim, seja o resultado de um esforço de efetiva integração.

Para 1985 a meta é expandir-se a todo o País, abrangendo as demais UFs com mais 73 estabelecimentos prisionais.

O recurso global estimado para esta expansão é de Cr\$ 6.935.000.000 (seis bilhões, novecentos e trinta e cinco milhões) Cr\$ 5.840.000.000 para capital e Cr\$ 1.095.000.000 para despesas correntes.

O Projeto prevê a implantação de 40 Escolas de pesca, com base na experiência desenvolvida em Barra de Santo Antônio (ALAGOAS), visando a união entre os componentes educativo e produtivo.

O modelo implantado a partir de 1980, tornou-se au to-sustentado e auto-gerido, proporcionando um aumento real na renda dos pescadores e consequentemente da comunidade pesqueira. A devolução de recursos ao poder público feita pela Escola, através do ICM, chega ao dobro do que é aplicado na manutenção e remuneração dos professores e pessoas de apoio.

Nesta linha, pretende-se expandir a experiência, a dotando-se como parâmetro a Escola de Produção de Pesca de Barra de Santo Antônio, na tentativa de abrir um caminho que possa suprir a carência educacional das comunidades pesqueiras de baixa renda, dimensionando a educação não como puro mecanismo de controle social, mas como fator produtivo, economicamente viá vel e socialmente justo, contribuindo como mecanismo de ampliação da capacidade de trabalho de seus elementos.

Neste projeto estima-se o custo de cada Escola em Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ ... 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) em capital, para compra de equipamentos (fábrica de gelo, motores' de barcos etc), obras e instalações e Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) em custeio de manutenção dos processos.

As ações descritas, embora representem um grande esforço de educação supletiva são, em verdade, tímidas em relação
ao universo de atuação. Basta considerar que a programação para o
corrente exercício, jã consolidadas no Planos de Trabalho Anuais/
PTA/85 remetidos pelas Secretarias, e mais os projetos especiais,
não alcançarão mais do que 4.000.000 de alunos, ou seja, cerca de
10% da clientela alvo, globalizada na faixa 15 a 28 anos de idade
(39.000.000 de jovens e adultos).

É oportuno considerar que o orçamento do ensino suple tivo, para o corrente exercício, é de Cr\$ 35.480.700.000 (trinta e cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões e setecentos mil cruzeiros), para atender a toda a sua programação de 19 e 29 graus, em todo o território nacional, estando incluídas tanto as despesas de custeio quanto as de investimentos (capital). Dividin do-se o total orçamentário pela clientela prevista para ser atendida, ter-se-á um custo/aluno/ano de Cr\$ 8.870.17 (cito mil, oito centos e setenta cruzeiros e dezessete centavos), o que é absolutamente inconcebível, mesmo levando-se em conta todos os recursos técnicos utilizados para atingir os alunos (rádio, televisão, ensino semi-indireto e outros meios).

Outro aspecto que merece um exame mais atento é o fato de que a clientela do ensino supletivo está distribuída em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, em municípios interioranos e no meio rural. A estratégia adotada pela atual administração para atingir essa clientela é a implantação de Centros de Estudos Supletivos e Núcleos Avançados de modo a estar mais próximo dos alunos, não só para efeito de orientação de aprendizagem, como para distribuição de material e facilidades de recepção das mensagens educativas transmitidas via rádio ou televisão, ou perlos cursos oferecidos segundo a metodologia semi-indireta.

Essa estratégia tem se revelado eficiente. Contudo, o número de CES e NACES instalados está aquém das reais necessidades, razão pela qual a abrangência da clientela supletiva potencial ainda é reduzida.

Outro aspecto, intimamente relacionado com a eficiên-

cia e a ampliação de capacidade de atendimento da clientela comision supletivo é a falta de recursos humanos (técnico, administrativo e docente) em quantidade e qualidade, adequadamente preparados para atuar nessa modalidade educacional. O pessoal responsável, hoje, pelo desenvolvimento das ações supletivas, em quase sua totalidade é recrutado do ensino regular, não passando por um treinamento específico, em que lhe sejam transmitidos os conceitos andragógicos, uma percepção do mundo dos adultos, consideração de sua bagagem cultural, a flexibilidade programática e a plasticidade dos conteúdos didáticos a serem transmitidos. A tendência do orientador de aprendizagem, faltando-lhe esta formação, é agir como em uma sala de aula do ensino formal, destinada a crianças. Com isso, os alunos incompatibilizam-se com o sistema e reforçam suas frustrações sofridas nas primeiras tentativas de frequentar a escola.

Sob outro enfoque, a falta de técnicas educativas in<u>i</u> be a criatividade, que deve estar sempre presente no encaminhame<u>n</u> to dos adultos à busca de respostas para seus anseios e aspirações.

É necessário o desenvolvimento imediato de ações de ampliação e diversificação das oportunidades de etendimento, pela via supletiva, e elevação qualitativa dessa modalidade de ensino, atravês de programas de habilitação, treinamento e atualização dos Recursos Humanos envolvidos no seu desenvolvimento.

Quanto ao 2º Grau, sua clientela, basicamente constituida por jovens de 15/18 anos, um total estimado em 11.000.000 de adolescentes, é atendida pelas seguintes ações:

- a) Cursos e Exames de Suplência de Educação Geral.
- b) Cursos e Exames de Suplência Profissionalizante.

O total de recursos financeiros consignados no orça - mento para o exercício de 1985 para atender às despesas da implantação dessas ações, em todas as Unidades da Federação, foi de Cr\$ 339.700.000 (trezentos e trinta e nove milhões e setecentos mil cruzeiros). Dada a insignificância desse valor, o mesmo não foi repassado às UFs para programação no PTA/85.

Quanto aos cursos de educação geral, em alguns Esta-

dos, estes são oferecidos pelos Centros de Estudos Supletivos, den tro dos limites financeiros para a sua manutenção e duplicação de material instrucional. No que se refere a Cursos de Suplência Profissionalizante, estes são praticamente inexistentes dado a absoluta falta de recursos para a sua manutenção.

A Subsecretaria da Educação Supletiva tem sido muito procurada por Prefeitos Municipais, ou estes encaminham projetos, as vezes inovadores e perfeitamente viáveis, principalmente para a área de ensino profissionalizante de 19 ou 29 graus, e quase sempre uma visão de cursos auto-sustentados. Tais projetos, ou ideias, não têm recebido apoio do ensino supletivo devido a ausên cia de recursos financeiros no orçamento próprio destinado à transferência para municípios.

Assim, torna-se mais que oportuna a inclusão de uma parcela de recursos financeiros no orçamento da Subsecretaria da Educação Supletiva para garantir a possibilidade de aproveitamento de projetos apresentados por Prefeituras Municipais, num esfor conjunto de incremento de formas diversificadas de atendimento da clientela supletiva.

# II - PROGRAMAÇÃO/PROPOSTA

- 01. Introdução
- 02. Objetivos
- 03. Meta
- 04. Quadros-Especificações

### Ol. INTRODUÇÃO

As considerações procedidas sobre o Programa de Atividades de Educação Supletiva/85, indicama necessidade de imedia ta tomada de posição no sentido de manter, expandir, diversificar e aprimorar suas ações educativas de modo a poder colocar-se ao alcance de uma clientela constituída de 39.000.000 de jovens e adultos, cidadãos brasileiros que buscam nessa modalidade de ensino oportunidades de estudos.

Nos quadros seguintes estão sintetizados as ações ora em desenvolvimento e a expansão pretendida.

GERAL:

Apoiar a manutenção, expansão e diversificação das ações supletivas, quantitativa e qualitativamente.

### ESPECIFICOS:

- Ol. Complementar financeiramente a programação da educação supletiva para garantir a continuidade ' das ações constantes do PTA/85.
- 02. Expandir a estrutura física da educação supletiya através da implantação de CES e NACES.
- 03. Estimular a diversificação de oportunidades educacionais oferecidas pelo sistema de ensino su pletivo, de forma a garantir aos candidatos variedade de opções para retomada de estudos.
- 04. Elevar o nível qualitativo e otimizar a operacio nalização das ações educativas, através de programas de preparação do pessoal técnico, docente e administrativo responsável pelo desenvolvimento da educação supletiva.

Manter os serviços da educação supletiva de 5.105.000 cursistas, propostos nos Programas/85, ampliar a capacidade física, e diversificar as modalidades oferecidas, de modo a átingir a mais 10.000.000 de cursistas, ou seja, atender a 38,46% da clientela potencial constituida de 39.000.000 de jovens e adultos

EDUCAÇÃO GERAL

1985 -

	19 19 19				0.2			0.		z
		1. 18 1. 18		Supletivos e Núcleos Avançados	Centros de Estudos		•	Projeto de Educação Geral em Convênio ' com Universidade	8	PROGRAMA
SUB-TOTAL		a rede para mais	metodologia o ensino personalizado, através de 37 CES e 800 NACES que atingem 800 comu	Reral ao nível de 1º e 2º graus e de supr <u>i</u> mento profissionalizante, utilizando como	Oferta de cursos de suplência de Educação	comunidades para atender a mais 110.000 pes soas.	dendo a 52 comunidades da Zona Urbana, ru ral e periferias e, aproximadamente, d a 26.000 pessoas e a expansão para mais 10	Integraçã desenvolv primento		AÇÃO .
1.751.400	# €	1.725.400				26.000			PROGRAMADO	CLIE
4.245.000		4.135.000	3 8		, a	110.000			EXPANSÃO	CLIENTELA O PROPOSTA/

L					
1	7.280.000	4.271.400	ΤΟΤΑL		
<b>-</b>					
				39	
		÷			
	•	ē.			
<u>ب</u>	20.000	10.000	ш		
	2		ciação de Proteção à Maternidade e a Infân-		
		•	Apoio as atividades desenvolvidas pela Asso	SAZA LATTES '	0.5
	į.				-
			0	p .	
	20.000	10.000	SECs e 57 entidades públicas que adotaram '		
		3	sinais de rádio e televisão, mantidas por 23	•	
		-	lº grau através de recepção controlada de	*	
		•	geral, ao nível das quatro últimas séries do	ro Grau	
	+		Oferta de cursos de suplência de educação '	Supletivo de Primei	04
	1.000.000	1.000.000	gindo 141 Municípios e 749 comunidades.	5 A	
	· Vocabura		10 Estados da Região Norte e Nordeste, atin	ção de Base	
	•	• • •	Oferta de cursos de educação comunitária em	Movimento de Educa-	03
	PROPOSTA/ EXPANSÃO	ATENDIMENTOPROGRAMADO	2,720		
	CLIENTELA	CLIE		DBOCBANA	z 5
	*				

ENSINO DE 1º GRAU

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO - 1985 -

			i.	4 0				03		ti.	•		10	02		ļ.	0.1		C	:
			lizantes (Suprimento)	Cursos Profissiona-		Publico-PROESP	cional ao Serviço '	Atendimento, educa -					8	"LARGA ESCALA"	dos	fessores Não Titula	Habilitação de Pro-		FROGRAMA	
TOTAL	cado informai	lizantes de todos os setores da econômia e	Oferta de cursos de suprimento profissiona-		riedade de ensino de 1º grau	que, no serviço público, demandam compulso-	unções	Oferta de educação geral e preparação para o	ção ensino-serviço.	sicos de saude, com metodologia de integra-	ou em processo de admissão nos serviços bá	entar engajado	pletiva, com avaliação no processo, de pes	Qualificação e/ou habilitação, pela via su-	ries do ensino de le grau	regência de classe, nas quatro primeiras se	Habilitação de Professores não titulados em		AÇAO.	
643.000	.500.000		2				* ****		. 24.000		2 3 7 2	37 (A) 19 19	92		119.000			(A)	ATENDIMENTO PROGRAMADO	. CL1E
1.300.000	700.000		5	•	. 500.000		2 24 2 24 272		20.000	42	e:	200		3 E	80.000			1	PROPOSIA/ EXPANSÃO	CLIENTELA

# PROGRAMAS NOVOS E PRIORITÁRIOS

ENSINO DE 19 GRAU

- 1985 -

	03	и. 0
e er	Núcleos de Educação Comunitária nos Con juntos Habitacionais juntos Habitacionais Educação de Adultos nos Estabelecimentos Prisionais Escolas de Produção de Pesca	PROGRAMA
ΤΟΤΛΙ	Expansão do Programa implantado em 1984 com 65 núcleos em il Estados, para todo o território nacional, devendo alcançar 34 Companhias Habitacionais e um total de 1.000 Núcleos de Educação Comunitária  Expansão do Programa implantado em 40 estabelecimentos prisionais de 10 Unidades da Federação, em 1984, para as demais UFs, devendo atingir 73 estabelecimentos prisionais. Implantação de 40 escolas de produção de Pesça auto-sustentada e auto-gerida, segundo modelo implantado em Barra de Santo Antonio, no Estado de Alagoas	AÇÃO
190.600	121.600	CLIE ATENDIMENTO PROGRAMADO
1.340.000	1.200.000	CLIENTELA  O PROPOSTA/ O EXPANSÃO

		£		(8)	i .	02			0 -		zī D
				* ;	Profissionalizante	Exames de Suplência	3	Profissionalizante	Cursos de Suplência	200	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
· TOTAL					ta de exames de suplência profissionalizan- te ao nivel de 2º grau.	Apoiar a expansão e diversificação da ofer-	de CES e ou em convênio com outras entidades	fissionalizante, ao nível de 2º grau, através	Apoiar a expansão do cursos de suplência pro	AÇAC	
40.500	हा (ब्रह्म - दे - स	,		3	12.500	* .	28.000	•	2 2	ATENDIDA	CLIE
80.000			1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1		30.000		50.000			EXPANSÃO	CLIENTELA

# QUADRO SINTESE

CLIENTELA EM ATENDIMENTO E

PROPOSTA PARA EXPANSÃO

19 E 29 GRAUS - 1985

10.000.000	4.813.600	TOTAL	
80.000	, 005°0 t	SUB-TOTAL	
80.000	40.500	RAU Educação p/ o Trabalho	2º GRAU
9.920.000	5.105.000	SUB-TOTAL	
1.340.000	190.600	Projetos Novos e Prioritários	
1.300.000	643.000	Educação p/ o Trabalho	
7.280.000	4.271.400	GRAU Educação Geral	1 º GRAU
PROPOSTA P/ EXPANSÃO	ATENDIMENTO PROGRAMADO	הססאריסאטה	r a
LIENTELA	CLIEN		n :

III - CUSTOS

- 01. Introdução
- 02. Quadros-Detalhamento

Os quadros seguintes apresentam a distribuição desses recursos, segundo as categorias econômicas e a natureza da transferência.

O detalhamento segundo as metas e elementos de despe sas será apresentado nos projetos executivos a serem elaborados pelas Unidades da Federação e demais entidades que participarão da implementação do Programa.

Vale lembrar que no valor total já está incluído o orçamento desta Subsecretaria para 1985 (Cr\$ 35.480.700.000) e que o quadro II a seguir, mostra somente o incremento orçamentário.

# PROGRAMAS NOVOS E PRIORITÁRIOS

1	
-	
m	Ŕ
m	ļ
3	
10.00	
C	
12	
7	
25	
-	
•	
0	ì
0	
=	
0	
_	•

	,		THE STATE OF THE S
121.935.000	103.840.000	18.095.000	TOTAL
6.935.000	5.840.000	1.095.000	INST. PRISIONAIS
20.000.000	18.000.000	2.000.000	ESCOLAS DE PESCA
95.000.000	80.000.000	15.000.000	COHABS
TOTAL .	CAPITAL	CORRENTES	PROGRAMAS NOVOS

# PROPOSTA EXTRA-ORÇAMENTARIA (\*)

	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	# 12 50	(EM Cr\$ 1.000)
1º GRAU - SUPLETIVO	CORRENTES	CAPITAL	ΤΟΤΛL
TRANSF. A ESTADO	67.113.000	168.738.000	235.851.000
TRANSF. A TERRITÓRIO	467.000	1.189.000	1.656.000
INTRAGORVERNAMENTAL	9.043.000	i e	9.043.000
ENTIDADES PRIVADAS	16.875.000	2.294.000	19.169.000
TRANSF.A MUNICIPIOS	14.000.000	6.000.000	20.000.000
TOTAL	107.498.000	178.221.000	285.719.000
	E		

39.661.000	.11.885.000	27.776.000	TOTAL
24	. 100,000	400:000	TRANSF. A MUNICIPIOS
39.161.000	11.785.000	27.376.000	TRANSF. A ESTADO
ΤΟΤΑΙ	CAPITAL	CORRENTES	2º GRAU - SUPLETIVO

(EM Cr\$ 1.000)

<sup>(\*)</sup> Reforço Orçamentário

IV - CONCLUSÃO

O Programa-proposto, ora apresentado, tem por fim, an primeiro lugar, garantir a continuidade das atividades da educa - ção supletiva em desenvolvimento, pois, conforme foi visto, o or-çamento aprovado para esta Subsecretaria foi seriamente comprometido pelo índice inflacionário. Bem o demonstra o detalhamento das despesas constante nos Planos de Trabalho Anual PTA/85 das Secretarias de Educação, cujos valores exaurem aqueles recursos apenas 'com as despesas a serem realizadas no primeiro semestre.

Em segundo lugar, expandir e diversificar as oportunidades educativas oferecidas pela educação supletiva, para atender a pelo menos, 38% de sua clientela potencial.

• Com os recursos financeiros pretendidos e consideran do a dimensão da clientela a atender, tomando-se por base o valor total, ter-se-á um custo/médio/aluno/ano de Cr\$ 23701,02.

Ademais, o alcance social da educação supletiva é inestimável, seja por seus efeitos sobre a força de trabalho, seja como fator propulsor de reorganização social, seja como processo preparatório de uma democracia política.